

A. I. N° - 09253130/03
AUTUADO - OURO VERDE TRANSPORTE E LOCAÇÃO LTDA.
AUTUANTE - LÍDIO DE SOUZA TELES
ORIGEM - IFMT-DAT/METRO
INTERNET - 23. 07. 2004

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0259-04/04

EMENTA: ICMS. PASSE FISCAL EM ABERTO. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. PRESUNÇÃO LEGAL DE COMERCIALIZAÇÃO NO ESTADO DA BAHIA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. O autuado elidiu a presunção, comprovando a entrada da mercadoria no estabelecimento destinatário localizado em outra unidade da Federação. Rejeitada a preliminar de nulidade. Infração não caracterizada. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 28/06/2003 pela fiscalização do trânsito de mercadorias, exige o pagamento de ICMS, no valor de R\$ 7.620,00, referente a “Entrega de mercadoria ou serviço prestado a destinatário ou usuário diverso do indicado no documento fiscal. Auto complementar ao de nº 206894.0002-7, por haver sido reclamado ICMS a menor, tratando-se de 18 toneladas de produtos da Bayer S.A., conf. T.A. 206894.0003/02-3, (anexo cópia), com um anexo extra ‘Justificativas’.”

O autuado apresentou defesa tempestiva, fls. 20 a 26, e, inicialmente explicou que foi contratado para transportar a mercadoria acobertada pela Nota Fiscal nº 421944, de São Paulo até Recife, conforme CTCR nº 129.186, emitido em 01/09/00 (anexado ao Processo nº 148032/2002-5). Diz que a mercadoria saiu do território baiano e foi entregue ao destinatário. Afirma que, em 28/06/02, ao transportar as mercadorias constantes da Nota Fiscal nº 1675, teve lavrado contra si o Termo de Apreensão e Ocorrência nº 206894.0003/02-3 e o Auto de Infração nº 206894.0002/02-7. Em 24/07/03, foi notificado da lavratura do Auto de Infração Complementar.

Após a descrição dos fatos, o autuado suscitou, preliminarmente, a nulidade do Auto de Infração, alegando cerceamento do seu direito de defesa, uma vez que não recebeu cópia do “anexo extra justificativa”, citado no campo 12 do Auto de Infração em lide. Para embasar sua alegação, invoca o art. 5º, LV, da Constituição Federal, tece comentários sobre os princípios da ampla defesa, da estrita legalidade, da verdade material e do inquérito, bem como cita farta doutrina.

Adentrando no mérito, diz que a base de cálculo do suposto débito tributário é de R\$ 33.223,31, uma vez que esse é o valor que consta na nota fiscal. Salienta que a saída da mercadoria do território baiano e a entrega no Estado de Pernambuco estão comprovadas no Auto de Infração nº 206694.0002/02-7, por meio da assinatura do destinatário no CTCR nº 129186, o que será reforçado quando forem juntadas as fotocópias da Nota Fiscal nº 421944 e do livro Registro de Entradas do destinatário. Após reiterar os argumentos constantes na defesa protocolada em 30/07/02, o autuado solicita que o Auto de Infração Complementar seja anexado ao citado Processo 148032/2002-5 (Auto de Infração nº 206.894.0002/02-7). Ao final, requer a nulidade ou improcedência do Auto de Infração, bem como a baixa do Passe Fiscal de Mercadorias em questão.

À folha 32 dos autos, o autuante apresentou uma informação fiscal denominado de “Informação Fiscal Complementar”, explicando que o Auto de Infração nº 09253130/03 é complementar ao de nº 206894.0002/02-7 e tem como peça integrante o “anexo do auto de infração complementar de nº 925313-0”, que foi denominado de “justificativa”. Diz que nesse anexo estão descritas as razões que motivaram a lavratura do Auto de Infração complementar.

Às fls. 33 a 35, o autuante anexou ao processo uma informação fiscal cujo cabeçalho era referente ao Auto de Infração nº 206894.0002/02-7, porém o texto tratava do Auto de Infração nº 09253130/03. Nessa informação fiscal, o autuante explica que o presente Auto de Infração foi lavrado para exigir o ICMS relativo a uma carga de 18.000 kg de produto da Bayer, acobertada pela Nota Fiscal nº 340, relacionada no Passe Fiscal de nº 425505-4, o qual não foi baixado na saída deste Estado.

Afirma que as alegações defensivas pertinentes à Nota Fiscal nº 421944 e ao CTRC nº 129186 não guardam qualquer relação com a presente autuação. Ressalta que, quando tomou ciência da defesa interposta, percebeu que tinha apurado o imposto devido a menos, no montante de R\$ 7.620,00, conforme demonstrado às fls. 34 e 35. Às fls. 37 a 39, o autuante anexou ao processo uma cópia do Acórdão JJF Nº 0322-04/03, o qual julgou procedente o Auto de Infração nº 206894.0002/02-7, lavrado contra Ouro Verde Transporte e Locação Ltda.

O autuado recebeu cópia da informação fiscal e dos documentos nela anexados e teve o prazo de dez dias para se pronunciar.

Nessa oportunidade, o autuado alegou que, segundo o Acórdão JJF Nº 0322-04/03, o Passe Fiscal de Mercadoria nº 0425505-4 era referente à Nota Fiscal nº 1675. Diz que não sabe qual a operação que originou os Autos de Infração nºs 206894.0002/02-7 e 925.313-0/09, o que cerceia o seu direito de defesa. Repete alegações já expendidas anteriormente. Saliencia que, se cometeu alguma infração, foi por não ter procedido a baixa do passe fiscal, e que em autuações anteriores provou a efetiva saída das mercadorias do território baiano. Cita decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais do Estado do Paraná. Ao finalizar, solicita a nulidade dos Autos de Infração nºs 206894.0002/02-7 e 925.313-0/09, ou que caso esse pedido não seja acatado, que seja demonstrada a infração e reaberto o prazo de defesa.

O processo foi submetido à pauta suplementar, e a 4ª JJF decidiu que o mesmo deveria ser convertido em diligência para que fosse anexada ao processo fotocópia do Auto de Infração nº 206894.0002-7, bem como entregue, ao autuado, cópia dos documentos de fls. 3/13 e 32/39, devendo ser reaberto o prazo de defesa. A diligência foi atendida, conforme fls. 54 a 55-A.

Ao se pronunciar nos autos, fls. 59 a 65, o sujeito passivo alegou que, somente após a diligência, pode ter conhecimento da acusação que lhe foi imputada. Afirma que a infração não subsiste, pois a mercadoria consignada na Nota Fiscal nº 340 saiu do território baiano e foi entregue ao destinatário em Recife-PE. Como prova de sua alegação, anexou ao processo, às fls. 78 a 84, fotocópia autenticada dos seguintes documentos: da Nota Fiscal nº 340, do CTRC nº 2443 e de páginas do livro Registro de Entradas do estabelecimento destinatário da mercadoria com o lançamento da nota fiscal em questão.

Ao finalizar, solicita que seja acostado, ao processo, o Auto de Infração nº 206894.0002/02-7, que seja baixado o passe fiscal de mercadorias que está em aberto e que sejam cancelados os Autos de Infração nº 206894.0002/02-7 (originário) e nº 925.313-0 (complementar). Protesta por todos os meios de prova admitidos em Direito.

O autuante, ao prestar nova informação fiscal, diz que o autuado conseguiu apresentar uma fotocópia da Nota Fiscal nº 340, referente ao Passe Fiscal de Mercadoria nº 0425505-4. Diz que na nota fiscal consta carimbo de diversos postos fiscais existentes no percurso da mercadoria.

Afirma que também foi apresentada fotocópia de páginas do livro Registro de Entradas do destinatário da mercadoria, onde consta o lançamento da Nota Fiscal nº 340.

VOTO

Inicialmente, afasto a preliminar de nulidade suscitada pelo autuado, pois o vício existente no presente Auto de Infração foi sanado mediante diligência, tendo sido entregue cópia dos demonstrativos ao autuado e reaberto o prazo de defesa. Após a realização da diligência saneadora, o autuado, além de afirmar que entendeu a acusação que lhe foi feita, exerceu plenamente o seu direito de defesa.

Adentrando no mérito da lide, constato que o autuado apresentou fotocópia, autenticada em cartório, da Nota Fiscal nº 340 (fl. 78) com carimbos de diversos postos fiscais existentes no percurso. Também foi anexada aos autos fotocópia autenticada do livro Registro de Entrada do destinatário (fls. 81 a 84), onde está escriturada a nota fiscal que acobertou o transporte da mercadoria que foi objeto da autuação. Dessa forma, conforme previsto no artigo 960, § 2º, I, “b”, “1” e “2”, do RICMS-BA/97, restou comprovada a improcedência da presunção que lastreou o presente lançamento.

Deixo de aplicar a multa de R\$50,00, pela falta de baixa do passe fiscal, pois a mesma somente seria cabível no Auto de Infração original.

Apesar de comprovada a saída da mercadoria do território baiano, deixo de apreciar a solicitação de cancelamento do Auto de Infração nº 206894.0002/02-7 (originário), pois a presente defesa só pode abranger a exigência feita no Auto de Infração nº 925.313-0 (complementar), uma vez que nos termos do artigo 8º, § 2º, do RPAF/99, “É vedado reunir, numa só petição, defesas, recursos ou pedidos relativos a matérias de naturezas diversas”.

Pelo acima exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **09253130/03**, lavrado contra **OURO VERDE TRANSPORTE E LOCAÇÃO LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 15 de julho de 2004.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA - RELATOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - JULGADOR